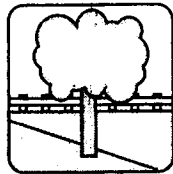


Bancada rural se sobrepõe aos partidos

ROSSANA ALVES E NÚBIA FERRO

BRASÍLIA — Depois de negociar com êxito o aval dos maiores partidos para aprovação do plano econômico, o Governo foi derrotado por uma inusitada união da bancada ruralista e da Frente Parlamentar de Saúde. Defendendo inte-



resses de seus setores, as duas bancadas conseguiram superar a força dos partidos e obstruir a votação da Medida Provisória 457, semana passada. A força do corporativismo surpreendeu até mesmo o líder do Governo na Câmara, deputado Luis Carlos Santos (PMDB-SP), que acabou admitindo o erro de avaliação no processo de negociação da MP.

— A não votação da medida demonstra a fragilização do par-

tidos. O país vive um momento de colapso político e institucional. Obtivemos apoio das lideranças partidárias, mas acabamos esbarrando nos movimentos corporativos — disse Santos.

Apesar de mais nova e menos articulada que a poderosa bancada ruralista, a Frente de Saúde conseguiu fechar um acordo com o Executivo para garantir o pagamento atualizado dos serviços prestados pelos hospitais e

mais verbas para o setor.

— Todo o nosso acordo foi verbal, mas acreditamos na palavra do Governo e estaremos contribuindo para aprovar o plano — garantiu o secretário-executivo da frente, o deputado tucano Osmaniô Pereira (MG), que nem por pertencer ao PSDB deixou de usar o apoio ao plano como instrumento de barganha.

A bancada ruralista, que se ufana de nunca ter deixado de

aprovar uma matéria de seu interesse, ainda não teve suas exigências atendidas. O Governo reluta em expurgar a diferença entre a correção dos financiamentos rurais e dos preços mínimos durante o Plano Collor e a substituir a TR pela URV na atualização dos empréstimos agrícolas. Mas o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Nelson Marquizzelli, acredita que o Governo acabará cedendo. No encontro que terá

quarta-feira com o presidente Itamar Franco, o grupo, que tem o apoio do ministro da Agricultura, Sinval Guazzelli, espera virar o jogo a seu favor.

— Nunca perdemos uma votação. Acredito que esta não será a primeira vez — disse Marquizzelli, lembrando a aprovação na Câmara do decreto legislativo de anistia das dívidas antigas dos produtores rurais, que pegou o Governo de surpresa.